

AOS TRABALHADORES DA CARRIS

Se em 2016, foram mais as promessas que os avanços em 2017 só a luta vai permitir avançar!

Fruto da luta travada pelos trabalhadores portugueses, com merecido destaque para o Sector Empresarial do Estado, entre 2009 e 2015, e da acção desenvolvida em 2016, conseguiram-se importantes avanços: travou-se a privatização da Carris; recuperou-se o pagamento dos Complementos de Reforma; recuperaram-se os 4 dias feriadados; acabou o roubo nos salários acima de 1500 euros (na Carris são muito poucos); foi aprovado um Orçamento de Estado para 2017 consagrando a efectividade da contratação colectiva.

Mas a luta vai ter que continuar.

Desde logo pela recuperação da fiabilidade e prestígio do serviço público que prestamos, que tão degradado está pelas acções e omissões das administrações e governos nos últimos 8 anos. A plena reconstrução da nossa empresa, decidida por lei da Assembleia da República, proposta pelo PCP, não pode continuar a ser adiada (e o prazo de 1 de Janeiro já foi desrespeitado!). E a municipalização também não é a resposta necessária, como abordámos no nosso último comunicado.

Depois porque na Carris, têm sido mais as promessas que os avanços. As negociações para a revisão do Acordo de Empresa continuam a arrastar-se, com a Administração a insistir em perdas para os trabalhadores. As participadas continuam com relações de trabalho precárias (a Bus não tem AE e na Tur recusam-se até a cumprir o CCTV que assinaram no quadro da ANTRON). E os trabalhadores continuam com os rendimentos congelados desde 2009.

É por isso que a concretização dos avanços conquistados no Orçamento de Estado para 2017 têm uma importância acrescida na Carris.

Mas importa ter claro quais são esses avanços, conscientes que o Governo e a Administração ainda vão resistir à sua plena efectivação:

- O Subsídio de Refeição para os novos trabalhadores volta a ser o que é estabelecido no AE, já a partir de 1 de Janeiro de 2017.

- Também a partir de 1 Janeiro, todo o trabalho suplementar, extraordinário e nocturno deve ser remunerado como estipulado no Acordo de Empresa;

- Em Julho, todas as anuidades, progressões e promoções em atraso devem ser concretizadas (contando-se todo o tempo decorrido), sendo que durante seis meses (Julho a Dezembro) só são pagos 50% dos efeitos remuneratórios dessas actualizações. As avaliações em atraso têm que ser realizadas até lá, ou os trabalhadores devem exigir a aplicação automática dos valores máximos.

- Os cortes continuam. Eles deixam é de sobrepor-se à contratação colectiva. Os trabalhadores da CarrisBus não estão abrangidos por contratação colectiva e vão continuar a ser vítimas dessa política. A extensão a esta empresa do AE é uma medida que está nas mãos da Administração concretizar já em Janeiro. O mesmo deveria ser assegurado para a CarrisTur.

Como sempre, será a unidade e mobilização dos trabalhadores que determinará o quanto conseguiremos avançar em 2017.

Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP, que usará toda a força que os trabalhadores lhe derem para fazer avançar os direitos dos trabalhadores e o serviço público de transportes. Os trabalhadores sabem que é importante reforçarem o PCP em todos os aspectos.

Mas nada substitui a organização, unidade e luta dos trabalhadores!

4 Janeiro 2017

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula na Carris

Partido Comunista Português

